

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

<p>Data: 04.06.2014 (quarta-feira)</p>	<p>Local: Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI</p>	<p>Horário: 09h00min às 10h35min</p>
---	---	--------------------------------------

PAUTA

<p>1</p>	<p>Discussão e votação da Ata da Reunião anterior</p>
<p>2</p>	<p>PLANMOB Alto Vale – Discussão dos conflitos viários da região do Alto Vale</p>
<p>3</p>	<p>Assuntos Gerais 3.1. SIPLAMAVI 3.2. Critérios para Áreas Consolidadas 3.3. Assuntos Gerais de interesse do Colegiado</p>

DISCUSSÕES/DECISÕES

<p>1</p>	<p>A ata da reunião do dia 09.04.14 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.</p>
<p>2</p>	<p>Gustavo apresentou resumo da 1ª reunião da Câmara Técnica do Colegiado, que se reuniu no dia 14/05, explicando que a pauta desta primeira reunião foi o levantamento e o mapeamento dos principais pontos de conflito viário existentes no Alto Vale do Itajaí. Ficou evidenciado nesta primeira reunião, que o principal conflito de mobilidade na região, e que é comum aos 28 municípios, é a Rodovia BR-470 (tráfego intenso de veículos, entroncamentos perigosos, trajetos urbanos) e que devemos no Plano Regional, buscar alternativas para diminuir ou desviar o fluxo da mesma. Comentou ainda, que após essa reunião a equipe técnica da AMAVI realizou visitas aos locais apontados, com levantamento fotográfico dos principais entroncamentos. Na seqüência foi apresentado o levantamento fotográfico da Rodovia BR-470 e colocado em discussão os conflitos viários da região com os membros presentes. Desta discussão foram apontados seis entroncamentos como os mais críticos: o trevo de acesso a Lontras; o trevo de acesso secundário a Rio do Sul (através do bairro Canoas); o trevo de acesso a Laurentino/Rio do Oeste; o trevo de acesso a Trombudo Central/Agrolândia/Braço do Trombudo; o trevo de acesso a Mirim Doce e a área urbana de Pouso Redondo, que é cortada pela rodovia. Esses pontos serão incluídos no PLANMOB Alto Vale como</p>

	<p>prioritários para intervenções, pois são cruzamentos perigosos e deficientes, geralmente sem espaço marginal para acessar o trevo. Para concluir o assunto, Fabiana comentou sobre os questionários enviados aos municípios para a coleta de dados do PLANMOB, com prazo de 15 dias para a entrega.</p>
3.1	<p>Fabiana comentou que o Sistema on-line de Análises de Processos – SIPLAMAVI, desenvolvido pela AMAVI para análise de processos de construção civil e parcelamento do solo, emissão de Consultas de Viabilidade e Alvará de Construção está em fase de testes com alguns municípios. Ressaltou que no dia 18 de junho, a AMAVI estará realizando capacitação destinada aos funcionários municipais que usarão o sistema para cadastrar e analisar processos, Solicitantes e Analistas e pediu a colaboração de todos os interessados em utilizar o sistema, em participarem ou indicarem o responsável para participar da capacitação.</p>
3.2	<p>Fabiana apresentou esboço preliminar das informações que devem constar no diagnóstico sócio-ambiental relacionado às APPs urbanas, encaminhado pelo Ministério Público aos municípios, nos seguintes termos: definir e mapear, mediante a realização de um diagnóstico sócio-ambiental, as situações consolidadas de ocupação na faixa marginal de cursos d'água no espaço considerado como área urbana consolidada do município, com a caracterização físico-ambiental, social, cultural, econômica e avaliação dos riscos ambientais, bem como da ocupação consolidada existente na área. Identificação dos sistemas de infraestrutura urbana, cadastro de todas as propriedades situadas dentro da faixa marginal de rios e a identificação das áreas consideradas de risco de inundação. Para fins de realização do estudo, considera-se área urbana consolidada aquela situada em zona urbana delimitada legalmente pelo poder público municipal até a data de 28.05.2012, e preencha os requisitos no art. 47, inc. II, da Lei nº 11.977/2009, excluindo-se desta a exigência da densidade demográfica. O documento comenta ainda que deve ser garantida a participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente na elaboração e execução do respectivo programa de regularização fundiária e ambiental.</p> <p>Após discussão, a maioria dos membros presentes declarou que não tem condições técnicas no município para a realização deste diagnóstico. Optou-se então por aguardar discussão do Projeto de Lei em tramitação no Governo Federal, de alteração do Código Florestal, e que propõe remeter aos municípios a definição das faixas de áreas de preservação permanente dentro do seu território.</p>



3.3	Nos assuntos gerais, Fabiana apresentou folder do Plano Diretor de Rio do Campo, nos moldes do que tínhamos elaborado na AMAVI.
-----	---

DESTAQUES/SUGESTÕES

3.2	Glauco sugeriu de o Colegiado apresentar Moção para a Assembléia Legislativa com relação ao referido projeto de lei de alteração do Código Florestal Brasileiro.
-----	--

PENDÊNCIAS

3.2	Encaminhar por e-mail aos membros, documento da promotoria com as informações que devem constar para o diagnóstico sócio-ambiental relacionado às APPs urbanas.
-----	---

PARTICIPANTES	MUNICÍPIO
Fabiana Meurer	AMAVI
Gustavo Leonardo Wloch	AMAVI
Larissa Lenz Santos	AMAVI
Vilson dos Anjos	Vidal Ramos
Cesar Piazza	Agronômica
Nilson Kuster	Ituporanga
Clóvis Wolnei Pauli	Presidente Getúlio
Rafael Reblin	Agrolândia
Ederley Bruno Muller Silva	Mirim Doce
Carlos Liebsch	Mirim Doce
Ivan Moratelli	Rio do Campo
Neusa F. Luckmann	Chapadão do Lageado
Mario da Silva	Chapadão do Lageado
Álvaro Melchiorretto	Trombudo Central
Wilson Hobus	Trombudo Central
Glauco Roland Kuhl	Lontras



Fábio Dalmarco

Braço do Trombudo

ASSINATURAS – DIRETORIA EXECUTIVA

Thomas Henry Grandberg
Coordenador

Cesar Piazza
Vice-Coordenador

Fabiana Meurer
Secretária Geral

Diego Westphal
Primeiro Secretário

Claudinei Testoni
Segundo Secretário